



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 538, DE 2024

Requer informações à Senhora Esther Dweck, Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, sobre a aplicação do Teste de Associação Implícita (TAI) para os policiais rodoviários federais no âmbito de curso obrigatório de direitos humanos ofertado pela Polícia Rodoviária Federal.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, informações sobre a aplicação do Teste de Associação Implícita (TAI) para os policiais rodoviários federais no âmbito de curso obrigatório de direitos humanos ofertado pela Polícia Rodoviária Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, informações sobre a aplicação do Teste de Associação Implícita (TAI) para os policiais rodoviários federais no âmbito de curso obrigatório de direitos humanos ofertado pela Polícia Rodoviária Federal.

Tendo em vista as atribuições deste Ministério, particularmente a política de gestão de pessoas e de desenvolvimento de competências transversais e de liderança para o quadro de servidores da administração pública federal, requisita-se que a Ministra informe:

1. O Ministério foi contatado pela Polícia Rodoviária Federal, por meio de sua unidade de gestão de pessoas, para tratar dessa iniciativa?

2. Tendo em vista a atribuição mencionada acima, deveria a Polícia Rodoviária Federal ter solicitado autorização desta Pasta para implementar tal ação?

3. Esta Pasta já tomou ou tomará providências para receber as informações coletadas por meio do Teste de Associação Implícita (TAI) aplicado no curso de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal? Quais?

4. Esta Pasta já tomou ou tomará providências para que iniciativas como esta, que colocam em risco a instituição e a atuação dos policiais rodoviários federais, não sejam mais implementadas pelos órgãos públicos federais? Quais?

JUSTIFICAÇÃO

Segundo reportagens recentes, incluindo o jornal Folha de São Paulo, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) teria determinado que os servidores participassem de um curso obrigatório de direitos humanos, que inclui um questionário sobre “identidade política” e “afinidade partidária” em um curso de Direitos Humanos. Essa inclusão levanta questões importantes sobre a natureza, motivação e os propósitos dessa prática.

De acordo com as matérias veiculadas, no quesito sobre identidade política, os servidores deveriam escolher entre as seguintes opções: “extrema esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita e extrema direita”. Em relação à afinidade partidária, os servidores deveriam optar entre: “Democratas, Partido Democrático Trabalhista, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido da Social Democracia Brasileira, Partido Socialismo e Liberdade, Partido dos Trabalhadores, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Verde e Outros”.^[1]

Esse cenário foi confirmado por relatos de policiais, que, de forma anônima, expressaram desconforto e preocupação com a falta de transparência em relação a utilização e armazenamento dos dados coletados. A PRF afirmou que o questionário denominado Teste de Associação Implícita (TAI) foi desenvolvido pela Universidade Harvard, é apresentado como facultativo e anônimo, e que as respostas são registradas diretamente no site da Universidade Harvard e que não mantém essas informações em seus bancos de dados.

Contudo, a presença de uma instituição estrangeira, mesmo uma renomada universidade, no processo de coleta de dados sensíveis de servidores públicos brasileiros em um curso oficial obrigatório suscita preocupações sobre a segurança, privacidade e finalidade de tais informações.

É evidente que questões relacionadas à identidade política e afinidade partidária são de cunho personalíssimo e sensível. A imposição de tais perguntas, mesmo sob o pretexto de serem para autoreflexão, pode criar um ambiente de constrangimento e receio entre os servidores, especialmente na ausência de uma explicação clara sobre a utilização e armazenamento dessas informações.

Considerando a seriedade das informações solicitadas e por envolver dados personalíssimos de servidores públicos brasileiros referentes à orientação política, é que solicito resposta a este Requerimento de Informações. Esta medida visa assegurar que práticas que possam ser percebidas como invasivas ou constrangedoras sejam devidamente justificadas ou reavaliadas, preservando a integridade e a confiança em nossas instituições policiais.

[1] Folha de São Paulo. PRF obriga servidores a curso de Direitos Humanos e inclui perguntas sobre identidade política: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/07/prfobriga-servidores-a-curso-de-direitos-humanos-e-inclui-perguntas-sobreidentidade-politica.shtml> Acesso em: 11 de julho de 2024.

Sala das Sessões, 18 de julho de 2024.

Senadora Damares Alves